



# Assembleia Municipal de Monchique

**ACTA N.º** 4 / **200** 7

**SESSÃO** <sup>1</sup> ORDINÁRIA **REALIZADA**

**NO DIA** 27 **DE** SETEMBRO **DE 200** 7

<sup>1</sup> Extraordinária ou ordinária conforme os casos

My

## Acta número 4/2007

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 27 de Setembro de 2007.-----

Aos 27 dias do mês de Setembro do ano de 2007, pelas 21h20, nesta vila de Monchique, no edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão apazada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**Ponto um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;**-----

**Ponto dois: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo;**-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Mário Manuel Papuchinha David, Primeiro Secretário da Mesa e por José Alves Francisco, por indicação do Presidente da Assembleia Municipal, que não mereceu objecções da parte do Plenário, em substituição do Segundo Secretário, ausente desta sessão,-----

Esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Monchique, António Manuel Moreira da Silva Mira.-----

Assistiram à sessão os vereadores do PSD, António José de Jesus dos Santos Francisco e Rui Patrício dos Ramos Andrez.-----

Pelas 21h20 o Primeiro Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

**Do PS:** Carlos Bruno Correia de Almeida, António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa, António Silvestre da Silva Nunes, Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho e Luís Filipe da Silva Bebiano; **do PSD:** Fernando António Andrez Várzea, Rui Miguel da Silva André, Francisco José Martins Freitas, Luís Filipe de Carvalho Grade e Paulo Jorge Martins Teodoro.-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão.-----

**Votação da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 29 de Junho de 2007.**-----

O Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura da acta da sessão ordinária número 3/2007, realizada em 29 de Junho de 2007, que fora

atempadamente enviada aos membros para apreciação, junto à convocatória para a presente sessão, tendo também questionado o plenário por eventuais objecções ou comentários ao conteúdo da mesma.-----

Falou o membro Francisco Freitas, do PSD, dizendo que na acta em apreciação, no quadro das presenças constava o seu nome como estando em substituição de Dina Paula Correia Baiona, quando já era membro efectivo do Plenário.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao membro dizendo-lhe que a sua tomada de posse como membro efectivo fora posterior ao registo das presenças e faltas e assim a indicação daquele quadro era correcta.-----

Pelas 21h24 deram entrada na sala José Manuel da Silva Furtado e Maria da Graça Cerro Batalim da Mota passando a integrar os trabalhos do plenário.- Seguiu-se a votação da acta. Contabilizados os votos verificou-se a sua aprovação, por maioria, com as abstenções dos membros Fernando Várzea, António Silvestre e Paulo Teodoro.-----

**Leitura do expediente:** Nos termos do estatuído na alínea n) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do nº2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente: ofício da Câmara Municipal de Monchique, sem referência e sem data, registado com o n.º 79, com convite para recital “As minhas Ofélias”; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 72, de 29 de Junho de 2007, registado com o n.º 80, com o envio do boletim ANMP n.º 159, referente a Junho de 2007; ofício da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, com a referência 2792, de 3 de Julho de 2007, registado com o n.º 81, prestando informações sobre a realização do XXVII Colóquio da ATAM; Fax do Governo Civil do Distrito de Faro, com a referência 34, de 4 de Julho de 2007, registado com o n.º 82, com o convite para cerimónia de visita de trabalho de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira; Fax da Assembleia Municipal de Faro, com a referência 142, de 5 de Julho de 2007, registado com o n.º 83, com o envio de texto de moção aprovada naquele órgão autárquico, relativa a plantas transgénicas e OGMs; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 2657, de 5 de Julho de 2007, registado com o n.º 84, com o envio de cópia de despacho com a exoneração de vereador em regime de permanência; ofício da Assembleia Municipal de Aljezur, com a referência

213, de 6 de Julho de 2007, registado com o n.º 85, com o envio de texto de moção aprovada naquele órgão autárquico com o tema “sobre a introdução de transgénicos no Algarve”; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 2892, de 19 de Julho de 2007, registado com o n.º 86, com o envio de cópias de actas de reuniões do Executivo municipal; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 2915, de 23 de Julho de 2007, registado com o n.º 87, dando conhecimento dos limites de endividamento municipal em 2007; fax da ‘Águas do Algarve’ com a referência 6659, de 25 de Julho de 2007, registado com o n.º 88, com o convite para participação na visita de Sua Excelência o Primeiro Ministro à barragem de Odelouca; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 92, de 30 de Julho de 2007, registado com o n.º 89, com o envio do boletim ANMP n.º 160, referente a Julho de 2007; ofício da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve, sem referência, de Julho de 2007, registado com o n.º 90, com o envio de boletim informativo referente ao Verão de 2007; ofício da Assembleia Municipal de Vila do Bispo, sem referência, de 1 de Agosto de 2007, registado com o n.º 91, dando conhecimento de situação ocorrida no relacionamento com a AMAL; fax da DECO Pró Teste, com a referência 48, de 8 de Agosto de 2007, registado com o n.º 92, com o envio de formulário com questionário referente aos incentivos à fixação no interior; ofício do Racal Clube, com a referência 8507, de 12 de Setembro de 2007, registado com o n.º 93, prestando informações sobre os textos de comunicações para o 13º Congresso do Algarve; ofício da Expoalgarve, Gabinete de Feiras e Eventos, com a referência 86, de 12 de Setembro de 2007, registado com o n.º 94, com o convite para a inauguração oficial da 7ª edição da SulConstrói; ofício da Freguesia de Marmeleite, com a referência 242, de 12 de Setembro de 2007, registado com o n.º 95, solicitando a divulgação da 4ª edição da Descasca Tradicional da freguesia; ofício do Grupo Parlamentar do PCP, com a referência 20435, de 14 de Setembro de 2007, registado com o n.º 96, com o envio de resposta do Ministério da Justiça a requerimento apresentado pelo deputado José Soeiro, relativo ao Tribunal Judicial de Monchique; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 102, de 17 de Setembro de 2007, registado com o n.º 97, com o envio de brochura do Comité das Regiões comemorativo dos 50 anos dos Tratados de Roma; Fax da Freguesia de Marmeleite, com a referência 26, de 19 de Setembro, registado com o n.º 98, informando da realização da Assembleia daquela Freguesia no dia 28 de Setembro de 2007; ofício do

Município de Monchique, com a referência 3583, de 20 de Setembro de 2007, registado com o n.º 99, com o envio de informação do Presidente da Câmara, a ser presente na presente sessão da Assembleia Municipal; fax da DECO Pro Teste, com a referência 48, de 25 de Setembro de 2007, registado com o n.º 100, lembrando o prazo limite para envio de respostas do inquérito relativo aos incentivos à fixação no interior; Ofício do Município de Monchique com a referência 3674, de 26 de Setembro de 2007, registado com o n.º 101, prestando informações sobre a situação política da Câmara Municipal de Monchique; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 106, de 26 de Setembro de 2007, registado com o n.º 102, prestando informações sobre taxa de gestão de resíduos e taxa de qualidade da água; ofício da Fundação Fira de Lleida sem referência, de Setembro de 2007, registado com o n.º 103, prestando informações sobre a realização do Salão Internacional 'Municipalia'; diversas revistas e convites para eventos. **Justificação de faltas:** foram presentes: carta, sem referência e sem data, de Maria da Graça Moreira da Silva Mira, registada com o n.º 77 com justificação de falta à presente sessão e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Socialista à eleição da Assembleia Municipal de Monchique; carta, sem referência, de 25 de Setembro de 2007, de António Manuel Rodrigues Venda, registada com o n.º 78, com justificação para a falta à presente sessão e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Social Democrata à eleição da Assembleia Municipal de Monchique.-----  
A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas as faltas daqueles membros da Assembleia. A substituição do membro António Venda não pôde ser suprida porquanto a solicitação não fora feita em tempo oportuno.-----  
Atingido o período limite para o registo de assiduidade, é o seguinte o quadro de presenças à presente sessão.-----

-----**Presenças:**-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PSD	Fernando António Andrez Várzea
PS	José Manuel da Silva Furtado
PSD	Rui Miguel da Silva André

PS	José Alves Francisco (em substituição de Maria da Graça Moreira da Silva Mira)
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PS	Mário Manuel Papuchinha David
PSD	Francisco José Martins Freitas
PS	António José da Conceição P.R. Páscoa
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	Luis Filipe de Carvalho Grade
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	Luis Filipe da Silva Bebiano
PSD - Pres. Junta de Freguesia de Marmeleite	Paulo Jorge Martins Teodoro
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Maria da Graça Cerro Batalim da Mota

**Faltas:**-----

Força política	Nome	documento justificativo
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira	Apresentou solicitando substituição
PSD	António Manuel Rodrigues Venda	Apresentou solicitando substituição. A substituição não foi suprida por a solicitação não ter sido feita em tempo útil..
PSD	Paulo Alexandre Duarte Rosa	Não apresentou
PS	Henrique Jorge Vicente Maio	Não apresentou

Seguidamente deu-se entrada ao **Período de Antes da Ordem do Dia**.-----

O Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção dos presentes para a redacção do edital da convocatória desta sessão onde se menciona que o público interessado em intervir deverá inscrever-se para o efeito até ao final da Ordem do Dia. Seguidamente deu a palavra ao plenário para intervenções que os membros quisessem fazer.-----

Falou o membro Fernando Várzea, do PSD, começando por dizer que a revelação da resposta que o Ministério da Justiça dera ao requerimento

apresentado por um deputado do PCP, indiciava que no último trimestre de 2007 tudo poderia acontecer nomeadamente o encerramento do tribunal e, esse era uma assunto sobre o qual a Assembleia Municipal se deveria debruçar mais uma vez e, no mínimo, fazer uma recomendação ao Presidente da Câmara para que fizesse diligências junto daquele Ministério para ver se há alguma intenção, e fazer o possível para evitar que isso aconteça. Era moda deste Governo fechar serviços públicos em função do controlo do deficit, e isso iria suceder talvez ao Tribunal de Monchique, cujo edifício e instalação há dez anos custara 140 mil contos ao erário público, o que configuraria um crime de lesa pátria e lesa município e porque, como já se falava, a seguir poderiam ser encerradas as Finanças, o Centro de Saúde e sabe-se lá que outras instituições. Como autarca, como cidadão e como munícipe de Monchique repudiava veementemente tal eventualidade.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao senhor membro dizendo-lhe que, relativamente a esse assunto, poderia remeter ao Presidente da Câmara, uma sugestão, porque, para ser de outra forma teria de haver uma proposta formal escrita em forma de moção.-----

Falou o membro Francisco Freitas, do PSD, começando por dizer que há cerca de dois meses recebera na sua caixa de correio um comunicado do PS, o que estranhou porque morava em Monchique há 22 anos e fora a primeira vez que tal sucedera, sinal de que afinal o PS existia. O comunicado merecia-lhe duas referências: a primeira era que achava curioso que o PS se sentisse tão incomodado com a política do PSD porquanto há não muito tempo o Presidente da Câmara referira-se a este partido como um achado arqueológico e por isso questionava-se como é que um achado arqueológico podia causar tanto incómodo; a segunda referência era que comparava o teor do comunicado a um auto de Gil Vicente mas sem saber em que papel colocar o santo ou o demo porque a certa altura ambos querem desenvencilhar-se reciprocamente um do outro. Perante isto achava que era tempo de se olhar para as situações com a realidade que elas têm e não a de perspectivar que quando alguém entra em ruptura com o Presidente da Câmara tenha de sair. Assim considerava que o comunicado do PS era mau, e sugeria que o Presidente da Câmara olhasse para as alternativas de que dispunha para governar para não depender de terceiros.-----

Falou o membro Rui André, do PSD, tendo perguntado ao Presidente da Assembleia Municipal se poderia dar-lhe uma resposta sobre o requerimento entregue na sessão anterior do órgão deliberativo pela sua bancada,

M

reportado a várias questões relativas ao Juventude Desportiva Monchiquense. Se bem que da exposição do Presidente da Câmara nessa sessão tivesse ficado esclarecida a questão da venda de cortiça, havia mais três questões no dito requerimento, e a única informação de que dispunha era de que tal requerimento fora endereçado ao Presidente da Câmara em 11 de Julho último-----

O Presidente da Assembleia Municipal, em resposta à solicitação do membro Rui André, leu então ao Plenário o ponto IV do ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 3674, de 26 de Setembro de 2007, registado no livro de correspondência da Assembleia, com o n.º 101, no qual se contém a resposta ao solicitado.-----

Não havendo mais ninguém interessado em intervir neste ponto, deu-se entrada no **Período da Ordem do Dia**.-----

**Ponto um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;**-----

Após a introdução deste ponto, cujo documento passa a constituir o anexo n.º 14/2007 às actas o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para este, querendo, complementar oralmente a informação escrita.-----

Falou o Vice-Presidente da Câmara dizendo apenas que havia uma adenda escrita posterior à informação remetida à Assembleia Municipal contida no mesmo ofício de que o Presidente da Assembleia Municipal tinha acabado de ler um excerto em resposta ao requerimento da bancada do PSD.-----

Assim o Presidente da Assembleia Municipal leu ao Plenário o documento referenciado, após o que deu a palavra aos membros para intervenções que estes quisessem fazer.-----

Falou o membro Francisco Freitas, começando por dizer que a Câmara Municipal fizera uma intervenção no balneário feminino da escola EB 2, 3 de Monchique, sem justificação, - porventura devido ao facto de o governo ser PS, porque de outra forma talvez não tivessem sido feitas, -porque quaisquer obras naquele estabelecimento estariam na competência do Ministério da Educação, e assim deixou de ter argumentação para se recusar a fazer obras essenciais como a remoção do amianto que cobre tanto essa escola como a EB de Marmetele. Há dois anos fora feita uma peritagem ao amianto da escola mas esta foi omissa na vertente clínica. Por seu lado a Comunidade Europeia aponta, desde 2003, através de directivas suas, as quais, de resto, foram recentemente transpostas para legislação portuguesa,

para a não utilização deste material cancerígeno, qualquer que seja a sua origem geográfica. Assim, tal como o seu colega de bancada Fernando Várzea fizera relativamente ao Tribunal, ousava requerer ou mesmo exigir que o Presidente da Assembleia Municipal solicitasse ao Presidente da Câmara a imediata remoção do amianto que cobre os dois estabelecimentos de ensino referidos.-----

Respondeu o Presidente da Assembleia Municipal ao senhor membro dizendo que situações de requerimentos ao Presidente da Câmara ou à Câmara Municipal através da Assembleia deveriam sê-lo na forma escrita, porquanto qualquer transmissão oral pecava por poder eventualmente omitir partes ou truncar o contexto da mensagem, o que não acontece da outra forma. No caso presente, uma vez que o representante da Câmara estava presente poderia considerar-se que a mensagem fora transmitida, o que não sucedia com a anterior do membro Fernando Várzea, que fora proferida antes do Período da Ordem do Dia consequentemente antes da presença do representante do Executivo na sala.-----

Falou o membro Luís Grade, do PSD, começando por reportar-se ao tema legalização de destilarias de medronho. Disse que tinham dado entrada nos serviços da autarquia 92 pedidos de licenciamento e até à data tinham sido emitidas apenas 14 licenças pelo que questionava o Vice-Presidente da Câmara a que se devia tal morosidade. O colocar desta questão prendia-se também com o desagrado pela situação que os produtores lhe transmitiam diariamente e que ele, enquanto membro da Assembleia Municipal, entendia trazer ao plenário. Depois disse lamentar o encerramento da Zona Agrária de Monchique, sendo também que já abordara os presidentes das juntas de freguesia de Monchique e Marmeleite pois acabara de saber onde é que iria funcionar o Ponto Focal conquanto achasse que isso equivalia a 'tapar o sol com uma peneira' porque o mesmo só iria funcionar dois dias por semana e obviamente nem todos os serviços irão funcionar aí sendo que muitas situações só serão solucionadas em Portimão, implicando deslocações dos agricultores, de ida e volta em autocarro, mas esta era a política do governo em funções e cá estava o sinal do início do encerramento dos serviços públicos, a que o seu colega de bancada tinha aludido anteriormente.-----

Falou o membro Rui André começando por dizer que o documento apresentado denotava pormenores que os técnicos camarários faziam questão de facultar, sendo assim válido para análise. Contudo era um documento de período de férias, espelho do que era hábito em outros períodos. Relativamente à intervenção do membro Luís Grade disse que ele

acabara de mencionar aquilo que era a machadada final no sector primário de Monchique, nas vertentes florestal e agrícola de que este concelho de interior é tão necessitado e por isso não era de estranhar que o inquérito da DECO relativo aos incentivos à fixação de pessoas no interior não tivesse sido respondido mesmo depois da insistência desta entidade. Como podia haver incentivos à fixação com as medidas de encerramentos levadas a cabo pelo Governo e com as burocracias criadas aos agricultores que os levam a abandonar as terras já de si assoladas pelos incêndios? Acrescia a isto o facto de um executivo municipal que até agora era maioritário ter, de um dia para o outro, alterado a sua fisionomia sem que isso significasse que tivesse melhorado a resposta às necessidades da população, se bem que a bancada do PSD sempre tenha dito que este executivo funciona mal desde o princípio. Não obstante, esta alteração que viera a criar instabilidade política na governação da Câmara, só tinha como responsáveis o Partido Socialista e o presidente Carlos Tuta o qual, em próximas eleições, já não irá dispor de argumentos como os incêndios ou as cheias para se justificar de não fazer o que é preciso mas tão só do argumento de que é incompetente bem como a sua equipa. Continuando a sua intervenção reportou-se à anulação do concurso para a recuperação das fachadas para dizer que este era mais um passo para trás que o Executivo tinha dado. Questionou também qual a razão do encerramento do pavilhão gimno-desportivo, local onde eram desenvolvidas muitas actividades desportivas, e do encerramento da cantina de São Pedro, tendo o ano lectivo começado e os alunos a ter de ir tomar as refeições a um restaurante, solução arranjada atabalhoadamente, que criou situações de transtorno para pais que tiveram de ir buscar os filhos interrompendo os seus empregos. Reportou-se depois à Rede Viária e Trânsito, dizendo ter conhecimento de que na Fornalha foi alcatroada uma estrada de um particular o qual imediatamente a seguir colocou uma corrente e um cadeado para que ninguém pudesse passar lá, sabendo-se que os vizinhos utilizavam aquela estrada para acesso às suas habitações, para questionar se esse era o conceito defendido na frase: *"[...]considerados os parques recursos disponibilizados seleccionaram-se algumas acções estratégicas e prioritárias para o desenvolvimento do município[...]"* que constava no documento. Continuou a sua intervenção referindo-se ao Juventude Desportiva Monchiquense dizendo que o documento não respondia às questões colocadas pela bancada do PSD, porque provavelmente o Presidente da Câmara ou o Executivo não sabiam o que era um protocolo, no papel com assinaturas, datas e carimbos pois os contratos

talvez tivessem sido feitos de forma menos correcta, entre amigos, o que não terá sido certamente um contributo para a Democracia. Esta situação terá deixado todos confusos e assim era tempo de o representante da Câmara esclarecer estas questões. Por um lado o Presidente da Câmara disse na sessão anterior do órgão deliberativo que o terreno é do clube; na edição do Jornal de Monchique, de 16 de Agosto o Presidente do Clube reclama a posse dos terrenos, contudo, em reunião do Executivo, de 21 de Agosto, o Presidente da Câmara apresenta uma proposta para doar o terreno ao clube e criou-se esta situação confusa graças à qual um vereador foi demitido gerando-se uma instabilidade política no município. O JDM sempre teve grandes nomes à sua frente que engrandeceram o desporto e o nome de Monchique e devia estar livre desta complicação. Por sua vez também lhe causava alguma perplexidade a necessidade que se criara de o terreno ter de ser forçosamente pertença do Clube, pois em muitas terras havia campos municipais e criavam-se parcerias que funcionavam. O JDM deveria estar ciente que, uma vez o terreno na sua posse, ficaria sujeito aos impostos, porventura insuportáveis para as suas possibilidades financeiras. Terminou a sua intervenção dizendo repudiar frontalmente esta forma de trabalhar, 'de boca', avessa aos métodos que a sua bancada defende.-----

Falou o membro Carlos Almeida, do PS, começando por dizer que o discurso anterior, carregado de demagogia e populismo barato, que em nada iria ajudar o PSD a arrecadar mais votos, continha também algumas inverdades, entre as quais as asserções relativas ao pavilhão gimno-desportivo, feitas sem conhecimento de causa, - porque, efectivamente o pavilhão não fora encerrado, apenas tinham sido suspensas algumas actividades - e, a circunstância era desagradável não tanto pelo desabafo do senhor membro, mas por conter essas mesmas inverdades supostamente para enganar quem quer que se deixe enganar. Só que o membro Rui André parecia esquecer que as acusações ao Presidente Carlos Truta e ao PS eram feitas a quem tinha sido eleito por cinco ou seis vezes consecutivas, pela vontade expressa da população, por um projecto apresentado e realizado. O facto de o membro não gostar não lhe conferia o direito de fazer declarações deste género. Para finalizar a sua alocução solicitou que o Vice-Presidente da Câmara esclarecesse o Plenário sobre o que se passara efectivamente com o pavilhão gimno-desportivo por forma a dissipar dúvidas que pudessem existir.-----

Falou o membro António José Pedro, do PS, tendo dito que pensara em não intervir no Plenário sobre os assuntos relacionados com o JDM, de que era

presidente, porque já o fizera no local próprio, a Assembleia Geral do clube mas, a demagogia transpirada da intervenção do membro Rui André levava-o a questionar se ele estava a pôr em causa a doação feita pela família Mascarenhas porque se sim, deveria dizê-lo claramente pois o clube estava apenas a reivindicar o que lhe fora oferecido. O protocolo de que tinha conhecimento fora feito e assinado pela família Mascarenhas e pelo município, sendo que o clube acompanhou o processo e fez saber à família que concordava com os termos daquele. Ele fazia boa fé nesse protocolo porque nem sequer era jurista mas, eventualmente, talvez os membros da bancada do PSD tivessem conhecimento de que os documentos estavam irregulares e deviam justificá-lo ou então estavam a servir-se do JDM como arma de arremesso político.-----

Falou o membro Rui André dizendo que não era sua intenção colocar em causa a idoneidade dos dirigentes do clube e que o membro António José Pedro também não estava na Assembleia na qualidade de presidente do JDM, embora pudesse permitir ser tratado como tal. A sua intervenção fora tão só para tentar esclarecer a baralhação em que o assunto estava envolvido que fazia com que ninguém entendesse a situação. A família Mascarenhas dera o terreno ao clube mas então por que razão não havia escrituras ou documentos?; quantas vezes seria necessário dar o terreno ao clube já que o Presidente da Câmara vai dá-lo agora, como disse na Assembleia Municipal e por que razão rolou a cabeça de um vereador por discordar? Essas questões esperava vê-las respondidas pelo Vice-Presidente da Câmara quando usasse da palavra.-----

Falou o membro Fernando Várzea dizendo entender ser altura de o representante da Câmara intervir porquanto já eram muitas as questões formuladas e porque as informações que este prestasse poderiam suscitar eventualmente novas perguntas e era este o método usual nos trabalhos de plenário.-----

Atalhou o Presidente da Assembleia Municipal dizendo ao membro que tal não era regra estabelecida mas apenas hábito e por essa razão não podia forçar o representante da Câmara a intervir agora se não pretendesse fazê-lo.-----

Retorquiou o membro Fernando Várzea dizendo que, na maior parte das vezes, ainda mal os membros do plenário acabam de formular perguntas já o Presidente da Câmara está a responder ou a interromper e achava que, no caso em apreço, justificava-se vivamente a intervenção do Vice-Presidente. Depois prosseguiu a sua intervenção questionando o Vice-Presidente sobre

o que é que significava a verba de cerca de 8 mil euros intitulada como documentos no mapa de resumo de disponibilidades. Depois reiterou a questão já colocada de saber qual a razão para a anulação da 2ª fase do concurso das fachadas porque o documento apenas informava sem prestar explicações de que, no seu entender, a Assembleia era merecedora. Depois disse que, pesquisando o texto do documento, não achara uma justificação satisfatória para a exoneração de um vereador que pertencia à equipa do executivo há vinte e tal anos, ou seja, achava pouco dizer-se apenas que perdeu a confiança política do Presidente da Câmara. Depois reportou-se à intervenção do membro António Pedro, dizendo que esta tivera um bom início quando o membro disse que já falara sobre o assunto da cortiça no local próprio que foi a assembleia geral do JDM, mas devia ter ficado por aí, sem se reportar à sua qualidade de dirigente daquele clube, pois foi nesse estatuto que proferiu a sua alocução. Com isto queria dizer que, neste plenário, o aspecto que se estava a discutir era apenas político, com a assembleia a cumprir o seu papel de fiscalizador da actividade do município. Assim, esclarecida esta parte, prosseguiu dizendo que, da acta da sessão anterior, ficava explícito que desde há 25 anos uma entrega de bens a diversas entidades do concelho está por fazer, tempo esse mais que suficiente para resolver o que designou por 'trapalhadas' onde a Câmara está envolvida. Também questionava o Vice-Presidente da Câmara porque razão havia uma escritura de Dezembro de 2006 que não retratava o contrato-promessa em que se suportara dois anos antes e também se já tinha sido obtida resposta para a carta que a Câmara teve de endereçar ao JDM para lhe ser restituído o dinheiro da cortiça. Depois reportou-se ao estabelecimento 'A Nora' para perguntar porque razão o adjudicatário não pagara as verbas devidas ao senhorio, a Câmara. Embora admitisse que tal pudesse ter acontecido, teria de haver uma explicação convincente das razões para tal, uma vez que tal adjudicatário vencera um concurso ultrapassando os outros concorrentes, pelo que teve de assumir o compromisso, sendo a situação verificada lesiva, não só para o município como para os concorrentes preteridos. Também estava por explicar porque razão já fora aprovada uma conta de gerência onde se disse que as contas deste estabelecimento relativas a 2006 estavam liquidadas, quando afinal não estavam, tal como também não se sabiam pormenores relativos ao equipamento do estabelecimento. Decorria um inquérito, como fora dito pelo Presidente da Câmara e assim aguardar-se-ia os seus resultados mas, havia muitas 'trapalhadas' precisando ser esclarecidas ao órgão

deliberativo, na sua qualidade de fiscalizador da actividade do executivo.---  
Falou o membro Francisco Freitas, reportando-se ao tema Radar Marítimo que fora abordado na sessão de 27 de Abril de 2007 da Assembleia Municipal, em que solicitara ao Presidente da Câmara informações sobre os estudos de impacto ambiental para a instalação daquele equipamento e, até à data, ainda não obtivera qualquer resposta pelo que voltava a formular o pedido, embora entendesse que nestas matérias o Presidente da Câmara costumava ficar claramente mudo. Prosseguiu dizendo que dentro do perímetro urbano de Monchique estavam instaladas três antenas de telecomunicações, uma para cada operador licenciado no país, e uma delas praticamente paredes meias com a escola EB 2 pelo que perguntava em que é que se baseara o parecer autárquico que autorizara a instalação destes equipamentos nestas condições, sendo que as outras duas antenas também ficavam bastante perto da escola EB 2, 3.-----

Falou o membro José Manuel Furtado, do PS, comentando, a propósito das intervenções dos membros Fernando Várzea e Rui André que, enquanto o primeiro reconhecia a doação da família Mascarenhas o segundo dava a entender que preferia que o campo fosse municipal, sendo que isto deixava uma ideia de contradição entre pares da mesma bancada política, que não entendia.-----

-Respondeu o membro Rui André dizendo que o que proferira foi que em diversos municípios havia parcerias que funcionavam bem, sem ter posto em causa esta doação que fora feita. Contudo, o facto de a Câmara Municipal vir agora doar novamente a parcela significava o reconhecimento de que este não pertencia efectivamente ao clube.-----

Falou o Vice-Presidente da Câmara, em resposta às questões suscitadas. Reportou-se primeiramente à intervenção do membro Francisco Freitas, começando por dizer que a Câmara poderia ter deliberado não fazer as obras no balneário da EB 2, 3 por aquela escola ser da alçada do Ministério da Educação mas, fizera-as pela simples razão de melhorar as condições de instalação dos alunos de Monchique. Relativamente à intervenção do membro Luís Grade do porquê de ainda só estarem emitidas 14 licenças de 92 processos de licenciamento de destilarias de medronho, tal devia-se à morosidade do procedimento que compreendia a elaboração do projecto pelos técnicos, a recolha de pareceres das entidades externas, as obras da parte dos proprietários, a vistoria posterior e só depois a emissão da licença. Sobre o encerramento da Zona Agrária disse que a Câmara Municipal mostrou-se e continua a mostrar-se disponível junto da Direcção-

Regional de Agricultura, com quem leva a efeito negociações, para a melhor resolução do problema, a bem dos agricultores de Monchique. A intenção do município é que continue a existir em Monchique um local onde os estes possam resolver os seus problemas sem necessidade de deslocações a outros sítios, chame-se Ponto Focal ou qualquer outra designação. Depois reportou-se ao tópico pavilhão gimno-desportivo municipal, em resposta a uma das questões do membro Rui André dizendo que em Setembro fora pedido às associações que o utilizam para apresentarem as suas propostas de horários, por forma a poder conjugá-los, contudo veio a verificar-se a simultaneidade de períodos de utilização em muitas das propostas, sendo que uma das associações inclusive apresentou uma ocupação quase generalizada do pavilhão. Por essa razão e pelo facto de o responsável pelo pavilhão se encontrar de férias na altura houve a decisão fechá-lo temporariamente até acertar os horários. Tendo isso sido concretizado já, a partir daqui as associações sabem quais são os seus horários. Sobre a cantina escolar disse que a Câmara Municipal de Monchique tem em desenvolvimento o projecto do centro escolar de São Pedro que inclui o alargamento da cantina, que esteve a funcionar até ao final do ano lectivo anterior, sendo que as obras tiveram de ser programadas para ser realizadas no período de interrupção escolar mas sofreram um atraso na sua concretização que levou a que, quando do arranque do ano lectivo, em 17 de Setembro ainda não tivesse sido possível a sua utilização. Dispondo-se da cantina de São Roque planeou-se usar esse espaço limitando o número de utilizadores apenas a alunos transportados solicitando aos encarregados de educação dos outros alunos, o sacrifício, por cerca de 15 dias, mas vieram a verificar-se na prática dificuldades incontornáveis para alguns dos encarregados pelo que se optou pela solução alternativa que foi dividir a cozinha em duas partes, funcionando uma em São Roque a servir todos os alunos da pré primária e da escola EB 1, 2 e funcionando outra nas instalações do restaurante 'O Fernando' que as disponibilizou à Câmara que, com o seu pessoal, fornece as refeições aos alunos da escola n.º 1, creche e sala 5 do pré primário. Esta situação iria funcionar ainda durante mais uma semana porque as obras estavam concluídas, com equipamentos montados e a aguardar apenas um certificado de instalação de gás. Falou depois do concurso de recuperação das fachadas tendo dito que este fora um processo aberto há algum certo tempo que, mercê de diversas vicissitudes, não foi incluído nos aprovados para o município, das candidaturas a financiamento pelo III QCA, como fora na sua primeira fase. A Câmara por



si só não tem disponibilidade financeira para fazer frente a esta empreitada, e assim decidiu anular o concurso, não querendo isto significar que não possa reformulá-lo se se reunirem condições no próximo QCA. Falou então do JDM tendo começado por explicar que aquando das negociações entre a família Mascarenhas e a Câmara, salvaguardado o interesse sempre manifestado por aquela em doar o terreno ao JDM, concluiu-se que a forma mais expedita de tratar o assunto seria englobar no negócio tanto os terrenos que seriam para o JDM como para a Paróquia de Monchique, com o compromisso de a Câmara os transmitir a cada uma daquelas entidades formalmente após tudo tratado, ou seja: legalmente os terrenos são da autarquia mas moralmente são das ditas entidades e o que assiste de razão moral para razão legal não lhe mereceria qualquer comentário. Quanto à afirmação do membro Fernando Várzea de a escritura não ser fiel ao contrato-promessa, discordava dela pelo facto de este ser parte integrante daquela. Ainda relativamente a outra das questões do mesmo membro disse que a Câmara oficiara o JDM para a reposição das verbas da cortiça mas ainda não recebera qualquer resposta. Em relação à pergunta sobre a verba de € 8623.20 inscrita como documentos explicou que se tratava de débitos entregues ao tesoureiro para cobrança, resultado de pagamentos não efectuados em prazo útil. Relativamente à exoneração do vereador a tempo inteiro não se iria pronunciar já que as razões que haviam eram do foro pessoal do Presidente da Câmara e portanto só este é que poderia, se pretendesse, prestar tal informação. Para terminar a sua intervenção reportou-se à questão colocada sobre o estabelecimento 'A Nora' dizendo ao plenário que decorria um inquérito, de cujos resultados o Órgão Deliberativo seria, a seu tempo, devida e oficialmente informado, não se pronunciando ele, obviamente, *ab priori* sobre conjecturas relativas ao assunto.-----

Falou o membro Carlos Almeida, para prestar uma informação ao plenário, na sua qualidade de Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Monchique. Disse assim que em 20 de Setembro de 2007 aquela associação concretizara a escritura de usucapião dos terrenos do recinto dos BVM, que fora também doado pela família Mascarenhas e que só não fora incluído neste negócio em apreço porque já houvera uma separação prévia. Conquanto tivesse estado presente nas reuniões com a família fora-lhe dito que a associação, nesta situação específica, podia avançar com o processo e foi o que fez.-----

Falou o membro Fernando Várzea perguntando ao Vice-Presidente da

relativamente à renovação da fachadas se havia alguma hipótese de candidatar o concurso ainda durante a vigência do actual QCA que se encontrava aprovado para 2007/2013, porque se tal só fosse possível para o próximo, como o representante da Câmara dissera, isso significava 2014, e por consequência um período muito longo de espera para resolver algo urgente. Colocou ainda a questão de saber se a Câmara Municipal de Monchique já começara a trabalhar com os seus técnicos na elaboração do novo Plano Director Municipal, na sequência da publicação do PROTAlgarve, e se havia ideia de tornar mais amplo o debate em torno deste assunto, envolvendo também o órgão deliberativo na discussão dos temas, o que não sucedera com o primeiro PDM.-----

Falou o membro Rui André, dizendo que não fora respondida a questão colocada sobre o caminho em Fornalha. Também o Vice-Presidente da Câmara dissera que o prazo de entrega da obra do Centro Escolar de São Pedro tinha sido aumentado mas a obra começara em 18 de Março de 2005 com previsão de entrega em Julho de 2006 e entretanto já passara mais de um ano sobre essa data. Perguntou também a quem seria assacada a carga suplementar que, por este motivo, a autarquia suportava com restaurantes.--

Falou o membro Francisco Freitas dizendo achar louvável a intenção que a Câmara Municipal tivera com as condições dos alunos da escola EB 2, 3, mas, por esse argumento, não poderia haver escusas para a remoção do amianto já que era um assunto de saúde pública.-----

Respondeu o Vice-Presidente da Câmara às questões suscitadas começando por dizer, relativamente ao caminho em Fornalha mencionado pelo membro Rui André, que desconhecia em absoluto tal situação pelo que não podia responder. Relativamente ao concurso de renovação das fachadas disse que a Câmara estava esperançada em conseguir candidatá-lo ainda no decurso do actual QCA III. Quanto às questões relativas ao PDM, disse que no dia 18 de Setembro a Câmara Municipal participou, com os seus técnicos, numa reunião na CCDRALgarve sobre o recém publicado PROTAlgarve; teria de haver uma alteração, em regime simplificado, do PDM, na qual já os técnicos da Câmara de Monchique se encontravam a trabalhar, porque havia um prazo relativamente curto para a sua apresentação à mesma CCDRALgarve. De todos os passos que envolvessem a elaboração do novo PDM seria, obviamente, dado conhecimento à Assembleia Municipal. Relativamente às obras do Centro Escolar de São Pedro disse que o seu prazo ainda não tinha terminado pela razão que houve uma suspensão de cerca de ano e meio até se ter conseguido a autorização conjunta de três

ministérios para o abate dos sobreiros que foi necessário para a entrega do terreno em condições ao empreiteiro. A empreitada em si comporta refeitório, creche, pré primário e arruamentos.-----

Terminadas estas intervenções, não havendo mais ninguém interessado em usar da palavra deu-se por encerrado este ponto e deu-se entrada no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

**Ponto dois: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo.**-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o anexo n.º 15/2007 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Plenário para intervenções que os membros quisessem fazer relativas a este assunto.-----

Falou o membro Rui André, reportando-se ao ponto 3 do artigo 4º do Regulamento onde constava que em cada ano lectivo a bolsa será paga em dez prestações mensais, na Tesouraria da Câmara Municipal, comentando que achava uma medida de cariz burocratizante porquanto muitas das entidades que pagavam bolsas de estudo faziam-no por transferência bancária, sendo esta talvez a forma mais eficaz de fazer as transacções, por exemplo para estudantes no estrangeiro. Perguntou também se este regulamento previa eventuais incompatibilidades de acumulação com outras bolsas de estudo.-----

Respondeu o Vice-Presidente da Câmara dizendo que essa situação não fora alterada em relação ao anterior regulamento mas era factor de ponderação na escolha dos candidatos. Relativamente ao sistema de pagamento das bolsas explicou que as ordens de pagamento tinham de ser assinadas, e por essa razão eram liquidadas na Tesouraria mas, a Câmara Municipal estava aberta a eventuais soluções alternativas tais como as transferências bancárias caso houvesse manifesto interesse nisso da parte dos beneficiários. Disse também que o anterior regulamento limitava a 12 o número de bolsas a atribuir anualmente mas esta proposta preconizava a atribuição de um número variável em cada ano em função da disponibilidade financeira da autarquia.-----

Terminada esta intervenção, não havendo mais ninguém interessado em usar da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

**Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de**

**Estudo.**-----

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por unanimidade.-----

Não havendo mais nada a tratar relativamente a este ponto deu-se o mesmo por encerrado e bem assim o Período da Ordem do Dia.-----

Tratando de uma sessão ordinária abriu-se o período para intervenção do público cujas inscrições tivessem dado entrada na Mesa até ao fim do Período da Ordem do Dia. O Presidente da Assembleia Municipal informou, que se optara por esta modalidade a partir da sessão anterior e também que havia uma inscrição do cidadão Armindo Jorge da Conceição Manuel, residente em Urbanização de São Roque, lote E1, 2º dtº, em Monchique. O assunto, referido na ficha de inscrição, era: *“perguntar ao digníssimo membro e presidente da Assembleia Municipal se a ofensa que eu supostamente teria proferido contra o mesmo e denunciada pelo membro desta assembleia consta na acta hoje aprovada. Se não, qual foi a causa porque ocorreu essa omissão? A frase ofensiva foi ‘asqueroso’ e foi delatada pelo membro Mário David.”*-----

O Presidente da Assembleia Municipal leu então o excerto da acta da sessão de 29 de Junho de 2007, a partir do encerramento do Período da Ordem do Dia, até ao final, após o que explicou ao cidadão que as conversas que houve, posteriores ao fecho dos trabalhos daquela sessão, onde a frase mencionada pudesse ter sido proferida, foram-no, obviamente, em ‘off-record’ razão pela qual não foram transcritas para a acta.-----

Pediu a palavra o cidadão Armindo Manuel tendo começado por dizer que a sua vinda à sessão anterior do órgão deliberativo, foi com o melhor dos propósitos, sem intenções de ofender alguém, manifestando até consideração pelo Presidente da Assembleia Municipal. Nessa sessão a sua intenção era falar do caso do estabelecimento ‘A Nora’, mas como não tivera a oportunidade de o fazer escrevera no seu ‘blog’ e houve, como é previsível, pessoas que participaram no mesmo com as suas opiniões.-----

Atalhou o Presidente da Assembleia Municipal questionando o cidadão se este era conhecedor que nesse espaço de opinião, do qual era responsável, houvera, a coberto do anonimato, ofensas a pessoas, circunstância deplorável que ele considerava atitude cobarde.-----

Retorquiu o cidadão dizendo que a Constituição da República Portuguesa não permite a censura da livre expressão e ele não a praticava mas, no caso concreto, se houvesse alguma responsabilização judicial pelo escrito, lá estaria ele, como responsável pelo ‘blog’, a assumir as consequências.

Disse ainda, relativamente à sessão de 29 de Junho, que a sua intervenção fora anterior à intervenção do membro António Venda portanto deveria ter sido transcrita como a intervenção do membro.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao cidadão que os membros da Assembleia Municipal tinham, obviamente, prerrogativas não concedidas ao público, e era estéril estar a discutir-se sobre 'ses', porque também foi por si verificado, na gravação audio, que tal palavra não fora proferida, pois se tivesse sido, o cidadão já teria um processo em tribunal por essa razão.-----

Falou ainda o membro José Manuel Furtado dizendo que provavelmente estava a confundir-se o diário de uma sessão, que é usual para os trabalhos da Assembleia da República, e onde tudo se relata, com a acta dessa mesma sessão, que é suposto ser sucinta e de síntese.-----

Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos senhores membros que, se não vissem inconveniente, aprovassem a acta desta sessão em minuta.-----

Da parte do plenário não houve qualquer objecção e realizada a votação verificou-se a sua aprovação por unanimidade.-----

Não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada esta sessão da Assembleia Municipal pelas 23h45 do dia 27 de Setembro de 2007, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----

*Fernando J. Bastião*  
*Presidente*  
*João*  
*João*

---

---